



Valor Econômico – 12 Dez 2003

## Companhias preocupam-se com pressões do Executivo

As bases institucionais do setor elétrico apresentadas ontem pela ministra Dilma Rousseff sem que fossem detalhadas as regras do modelo propriamente dito, não tranqüilizaram algumas entidades do setor. Segundo o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales, a concentração de poder decisório e regulatório nas mãos do governo, no caso o Ministério de Minas e Energia (MME) e até da Eletrobrás, é um fator que preocupa porque abre espaço para pressões políticas no setor. Sales faz questão de frisar que a abertura dos governos à influência política é parte integrante da democracia, mas pondera que, no caso do setor elétrico, a exposição que está sendo criada é muito grande. "Ao concentrar o poder nas mãos do governo, você cria uma possibilidade de 'by pass' de questões políticas às quais o governo tem que reagir, sobre um setor que não pode ser suscetível a esse tipo de pressão", diz Sales.

No início da noite de ontem os principais investidores não tinham conhecimento dos detalhes das medidas, que só serão divulgadas hoje. Mas pelas informações disponíveis, o economista Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE) vê um retorno da intervenção estatal em todas as esferas do setor elétrico, uma reviravolta em relação à regulamentação no governo FHC cujo objetivo - fracassado, como lembra Pires - era criar competição no mercado, em direção a uma regulação estatizante que não vai incentivar investimentos privados.

"Estamos vendo a volta de um conflito antigo entre o Estado-Governo e o Estado-empresário", ressalta Pires. "Interessante também notar que o modelo divulgado hoje (ontem) tem as linhas gerais muito parecidas com os documentos e minutas que a ministra considerou apócrifas".

Pedro Batista, analista de setor elétrico do Banco Pactual, inicialmente um dos maiores críticos da primeira versão do modelo, agora vê avanços. "O modelo melhorou muito, mas pode melhorar mais ainda. O lado ruim, que apontamos desde o início das discussões, foi a manutenção do pool. Em si ele é um sistema ineficiente de contratação porque não faz distinção entre as diversas distribuidoras", avalia.

Sales, da CBIEE, diz que "não é mais possível ignorar" que mais da metade dos investimentos necessários no setor elétrico terá que vir do setor privado, que investiu no Brasil R\$ 134 bilhões entre 1997 e 2003. Esse número inclui gastos com a aquisição de empresas privatizadas e investimentos em geração e distribuição depois das privatizações, feitos por empresas como a Tractebel, Duke Energy, EDF, EDP, El Paso, Iberdrola e Endesa, sem contar brasileiras como a VBC.

"Acho importante que a sociedade saiba que fizemos contribuições a esse modelo mas não conseguimos aprofundar nenhuma discussão técnica com o governo. Quanto ao modelo, esperamos que o documento que vai ser apresentado amanhã (hoje) seja denso e consiga atingir os objetivos que se pretende, como a modicidade tarifária. O problema é saber se as regras gerais serão as mais adequadas", pondera Sales.

Entre as distribuidoras, a avaliação inicial ontem era de que o modelo é "mais confortável" do que o apresentado pelo MME em julho. Entretanto, as empresas desse segmento ainda pretendem negociar mudanças na nova metodologia que prevê "incentivos e desincentivos" às empresas que respectivamente acertarem ou errarem suas previsões de mercado.

"Vamos questionar isso porque o resultado pode ser puramente acidental e casuístico, já que uma empresa pode acertar ou errar por acidente de percurso", adiantou uma fonte, que não sabia se essa questão específica permanecia ou tinha saído do novo modelo.

Em relatório divulgado na quarta-feira, véspera da divulgação oficial, o banco americano Merrill Lynch ponderava que "apesar de parecer que a estrutura do modelo será mais favorável do que muitos esperavam no início do governo Lula, há muita coisa que ainda não foi definida". Por causa disso recomendava cautela aos investidores.

Batista, do Pactual destacou dois pontos que considerou importantes: fim do "self dealing" (produção e venda de energia entre empresas do mesmo grupo) e a exigência da desverticalização com a distribuição sendo separada da geração -, o que vai afetar grandes companhias integradas como a Cemig e a Copel. Agora elas não poderão mais assinar contratos bilaterais entre os dois segmentos dentro da empresa, o que segundo Batista trará mais transparência ao processo de comercialização de energia.



---

Outro ponto elogiado pelo Pactual foi a exigência de contratação de 100% da demanda das distribuidoras e dos consumidores livres. Na avaliação do analista, isso evita que as empresas contratem menos energia e se apropriem dos custos marginais no curto prazo. Em São Paulo, ao final da tarde de ontem, o presidente de uma importante empresa do setor elétrico atendeu o celular indignado. Pediu para não ser identificado e esbravejou: "modelo, que modelo? Não posso falar nada, pois a ministra convidou apenas os presidentes de estatais para anunciar o modelo e do setor privado ninguém". Negou-se a comentar algo que disse não ter visto escrito no papel e disse que iria, somente a partir de hoje, ler "as entrelinhas" do novo modelo.

Executivo de uma outra empresa privada, que igualmente pediu para ser mantido no anonimato, está convicto de que o novo modelo não vai atrair o setor privado. "Você acha que o capital internacional vai investir num setor que fica centralizado nas mãos do poder Executivo?", questionou.

Na bolsa de apostas, o nome mais cotado para assumir o Administrador de Contratos de Energia Elétrica (ACEE) era o de Antônio Carlos Fraga Machado. Gaúcho, Machado é o nome indicado pela ministra das Minas e Energia, Dilma Rousseff, para a presidência do conselho de administração do MAE. Para atender estas funções, o MAE deverá ter suas atribuições ampliadas, sua denominação social alterada e estrutura e governança aperfeiçoadas ao acréscimo de atribuições, sem interrupção na continuidade da instituição.